

ARMAS PARA CONTINUAR O JOGO: “ESPIRAL” DE GEOVANI MARTINS

[WEAPONS TO CONTINUE THE GAME: “SPIRAL” BY GEOVANI MARTINS]

João Roberto Maiaⁱ

ORCID 0000 0002-1785-8885

EPSJ (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: Análise de “Espiral”, conto do livro de estreia de Geovani Martins. Nessa narrativa a prefiguração do confronto armado constitui o desenlace quase *necessário* da existência de profundos antagonismos sociais. Nesse sentido, “Espiral” se encerra em sintonia com certo rumo desastroso da vida nacional. O estímulo ao combate armado passou a estar na ordem do dia, com amplo poder de convencimento em debate incontornável na atualidade brasileira.

Palavras-chave: Espiral; Geovani Martins; sociedade brasileira; armas

Abstract: Analysis of “Spiral”, short story from Geovani Martins’ debut book. In this narrative, the prefiguration of armed confrontation constitutes the almost necessary outcome of the existence of profound social antagonisms. In this sense, “Spiral” ends in line with a certain disastrous course in national life. The encouragement of armed combat has become the order of the day, with ample power of convincing in an unavoidable debate in Brazilian news today.

Keywords: Spiral; Geovani Martins; Brazilian society; weapons

O sol na cabeça é a estreia literária de Geovani Martins, cujo impacto é preciso ressaltar. Publicado por uma das grandes editoras brasileiras, anunciou-se logo que o livro fora negociado com prestigiosas editoras estrangeiras, além de já estar garantida uma futura adaptação cinematográfica. Seus treze contos chamaram realmente a atenção. A repercussão foi incomum: objeto de várias resenhas, o livro ensejou debates, alguns dos quais interessantes. Para já, sobre parte dessa recepção inicial, faço um registro que depois será desenvolvido: certas leituras deixaram à vista suas dificuldades ao tratar assuntos das narrativas, bem como seus limites ao avaliar procedimentos que dizem respeito, conjuntamente, à linguagem e aos narradores dos contos¹.

Geovani Martins nasceu e foi criado em Bangu. Do bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, foi para a Zona Sul da cidade, morar na favela da Rocinha, onde passou parte da vida adulta. Hoje mora no morro do Vidigal, também na Zona Sul. Ao longo de sua vida, teve de mudar de endereço diversas vezes, morou em diferentes favelas; experiência de que se valeu, segundo ele próprio, para sua criação literária. Estudou até a oitava série do Ensino Fundamental. Teve de “se virar” em diferentes ocupações: foi “homem-placa”, atendente de lanchonete, garçom em bufê infantil e em barraca de praia. Ora subempregado ora desempregado. Uma experiência decisiva para a futura carreira de escritor foi sua participação nas oficinas da Feira Literária das Periferias (FLUP), exemplo de iniciativa importante para democratizar a produção e a publicação literárias. No âmbito da FLUP, Martins publicou pela primeira vez. Depois vieram as participações na programação paralela em duas edições da Feira Literária de Paraty (FLIP). No período da segunda participação, desempregado, ele tomou a decisão de concluir a escrita dos contos para não perder a chance de divulgá-los, apostando na carreira que julgava a sua, com o apoio esclarecido da mãe.

O registro sumário da trajetória, evidentemente invulgar, não é gratuito. As matérias jornalísticas destacaram invariavelmente, para início de conversa, a biografia do escritor, assim como o fizeram algumas das primeiras críticas. A apresentação de Antonio Prata, na “orelha” do livro, não deixou de salientar o vínculo entre “a força dos

¹ Farei considerações sobre o que vejo como problemas comuns a algumas resenhas em jornais e blogs no período de publicação de *O sol na cabeça*, sem especificar os resenhistas. Apenas um resenhista será citado, porque suas observações têm importância para este artigo.

contos” e “o lugar de onde o autor vê o mundo”, indicando o rendimento literário da “inspiração autobiográfica” (PRATA, 2018). De fato a questão é incontornável, na medida em que Martins logrou transpor literariamente, com felicidade em boa parte de *O sol na cabeça*, problemas que conhece por experiência própria e sua relação íntima com sociabilidades e modos de ver, falar, viver próprios de comunidades pobres do Rio de Janeiro.

Revelam-se nos contos diferentes aspectos da vida em bairros populares, experiências várias de moradores das favelas. De modo aparentemente desprezioso, as narrativas compõem um todo no qual a captação multifacetada da vida popular não tem parte com a tendência para destacar na favela, com reducionismo simplificador, a pobreza e a violência. Ainda que as histórias sejam quase sempre ambientadas em locais marcados por escassez material e onde certos tipos de ações violentas têm vigência cotidiana, Martins prioriza muitas vezes a delicadeza de sentimentos ou a disposição para gozar a vida ou ainda a força necessária de quem tem de “se virar” e realmente “se vira”. Nesse sentido, destaco a inocência do pensamento infantil com suas descobertas (“O caso da borboleta”), a trajetória do homem cego que pede esmolas nos ônibus e, no fim da vida, encontra modo próprio de compartilhar drogas e algum afeto com um jovem (“O cego”), os bons sentimentos de crianças, que resistem a estigmas sociais, por certa moradora idosa, “macumbeira” (“O mistério da vila”). Com efeito, os pobres não são representados exclusivamente como vítimas ou como seres embrutecidos por suas condições de vida. Dito isso, ressalte-se também que nos contos comparecem, por alusão ou explicitadas nas ações, a dureza e as desgraças do cotidiano de pessoas submetidas à escassez, ao tráfico de drogas ou às milícias, e que do Estado recebem, em vez da garantia de seus direitos, ocupação policial e brutalidade fardada. Não há como evitar assuntos que dizem respeito a problemas sem os quais não se trataria do Rio de Janeiro, muito menos de suas periferias. Por mais interessante que seja a captação variada da sociabilidade nos morros e localidades pobres como faz Martins, se estivesse apartada das desgraças referidas ou de alguma maneira as atenuasse, ela resultaria no perigo de edulcorar a vida popular. Entretanto parte das primeiras resenhas não considerou devidamente o alcance que certos assuntos têm em algumas narrativas fortes do livro. Por exemplo: o contraste de condições de moradia entre a favela e os condomínios da Zona Sul em “Espiral” ou a política de segurança pública conhecida

como UPP, por muito tempo incensada pela imprensa e por quem não mora nos morros, que reproduz a sempiterna violação de direitos dos moradores das favelas em “A história do Periquito e do Macaco”. Nos dois exemplos, pela ótica dos moradores dos morros, com seus modos de fala e vocabulário próprio, estão na pauta questões cuja reprodução explicita nossa desagregação social em marcha, tais como a progressiva mercantilização da cidade e da moradia, desigualdades abissais, ausência e incompletude de políticas públicas. Não há dúvida quanto à amplitude desses e de outros problemas, produzidos por estruturas políticas e econômicas que consolidam as imensas fraturas sociais da cidade do Rio de Janeiro, e expostos nos contos de um ponto de vista que interessa investigar: do ângulo dos que moram em bairros pobres ou nas favelas.

As soluções de linguagem nos contos constituíram um dos eixos do debate. Destacou-se procedimento de que o autor se vale com desenvoltura e de modo consciente, como o próprio esclareceu em entrevista: o uso de diferentes registros da língua, que se alternam; ou seja, o trânsito entre o desenvolvimento amplo da oralidade popular (certas falas dos morros com gírias e expressões próprias) e o uso do português canônico (MARTINS, 2020). Majoritariamente a alternância linguística foi avaliada de modo favorável e, por alguns, exaltada. Ao transitar, subitamente em algumas passagens, de um registro a outro, tornando às vezes o popular e o canônico coexistentes na fala de um mesmo narrador, aproximando o que em regra está apartado na vida social, o autor acentua contrastes vigentes na linguagem, mas que a ela não se reduzem, pois, como bem viu Miguel Conde, “reiteram (...) as divisões sociais do Brasil.” Portanto trata-se de aproximação que, longe de produzir “um amálgama que prefigurasse uma superação futura dessa divisão, (...) conserva o sentido de transgressão e a inflexão de contraste, chamando a atenção para as divisões que desrespeita” (CONDE, 2020). A meu ver, a hipótese tem interesse: o uso de registros diferenciados da língua pode ser entendido como recurso que contribui para a energia crítica do livro, ao possibilitar certa aproximação transgressiva de linguagens, cujo efeito é, entre outros, realçar contrastes e divisões sociais. Entretanto a potencialidade crítica de um procedimento formal em que, por si só, insinuam-se nossas onipresentes fraturas sociais, em sinergia com temas e enredos dos contos, esteve ausente de certo debate em torno de questionamento fácil e, até onde vejo, descabido: a suposta quebra da

verossimilhança e perda de força realista em narradores que, embora inteiramente sintonizados com a vida nas favelas, não se furtam a utilizar o padrão culto da língua.

Em passagem anterior fiz referência a problemas vultosos da cidade do Rio de Janeiro (e evidentemente do país) expostos nos contos do ângulo daqueles que moram em morros e bairros pobres. Um ponto de vista interno verifica-se também em *Cidade de Deus* de Paulo Lins, conforme destacado por Roberto Schwarz, com diferenças evidentes, ressalvo. O crítico cita o procedimento como um dos motivos por que considera aquele romance uma realização artística “fora do comum” (SCHWARZ, 1999, p. 163). Em *Cidade de Deus*, acrescenta-se, “o narrador de saída resistirá a qualquer desvio” do assunto do livro: a guerra da droga, assinala Vilma Areas (AREAS, 1998, p. 149). O foco é restrito, o “horizonte reduzido”, a ação se dá no interior da favela, quase inteiramente no “mundo fechado de Cidade de Deus”, sem “as esferas superiores do negócio de drogas e de armas”, assim como não se faz presente “a corrupção política e militar” que favorece o duplo tráfico, conforme explica Schwarz. Tampouco aparecem “a administração pública e a especulação imobiliária”, as quais “estão na origem da segregação da favela”. Entretanto a dinâmica em circuito fechado tem rendimento literário forte, pois faz saltar aos olhos o absurdo da redução do assunto, com tantas mediações e instâncias, à esfera restrita dos mais vulneráveis no tráfico: os “chefes de bando não deixam de ser potências”, sem por isso deixarem “de ser pobres-diabos, que morrem como moscas” (SCHWARZ, 1999, p. 166-167).

Ao contrário de *Cidade de Deus*, os contos favorecem a diversidade de assuntos e, consideradas no conjunto que formam, as treze narrativas de *O sol na cabeça* focalizam aspectos variados da infância e da juventude de personagens que vivem na Vila Vintém, em Bangu, na Cruzada São Sebastião ou outra localidade identificada ou não, mas quase sempre situada no lado da cidade que “não figura no mapa/No avesso da montanha”, onde com frequência “A luz é dura/A chapa é quente”². À diferença de *Cidade de Deus*, não há como falar de mundo fechado, circunscrito, do mesmo modo que a respeito de *Cidade de Deus*. Pelo contrário, nos contos de Martins os personagens percorrem diferentes vias públicas, vão à praia, esperam em estações de trem, passam por

² Versos da canção “Subúrbio” de Chico Buarque. Ver <<https://www.letras.mus.br/chico-buarque/537331/>>. Acesso em 08/06/2020. Nos contos há os que moram na Zona Sul, em locais como Rocinha e na citada Cruzada São Sebastião, onde há proximidade espacial com moradores dos bairros ricos e ao mesmo tempo distância social. Portanto são espaços sociais nos quais vigora segregação física e simbólica. A questão é crucial, está presente em alguns contos. Tratarei dela ao analisar “Espiral”.

logradouros diversos, o que enseja a emergência de adversidades que enfrentam nos variados espaços metropolitanos. Mas, nos dois livros, o ponto de vista interno é estímulo à reflexão. Em *Cidade de Deus*, interno ao mundo do crime, “embora sem adesão” a este (SCHWARZ, 2004). Em *O sol na cabeça*, interno às favelas: jovens que moram nas comunidades pobres são os narradores nos contos; quando não, trata-se de narrador em terceira pessoa que adere inteiramente à perspectiva de moradores. Mesmo quando estes saem de seus territórios, o modo como veem a cidade comum está fundamentalmente marcado por suas vidas nas favelas.

Farei ainda algumas observações sumárias sobre parte dos contos para identificar questões ou temas recorrentes, sugerir certos movimentos de conjunto, possíveis conexões entre narrativas do livro. Direta e indiretamente, alguns desses temas e movimentos dizem respeito a “Espiral”, o conto que será objeto de análise neste artigo.

Os contos de abertura e encerramento de *O sol na cabeça* têm por títulos palavras que sugerem locomoção, trânsito³. O primeiro é “Rolézim”, gíria mais identificada com jovens pobres das periferias: passeio curto, uma volta. No conto, o deslocamento a uma praia da Zona Sul do Rio em dia de calor infernal. Já em “Travessia”, a última narrativa, o deslocamento é sinistro: a jornada de um traficante do morro ao lixão para largar lá o corpo de alguém por ele assassinado. Acrescente-se que personagens estão em trânsito em outros contos: viajar a Arraial do Cabo para a virada do ano (“A viagem”), deslocamento ao Jardim Botânico para observar certa família (“Espiral”), ida à Barra da Tijuca para trabalhar em condomínios com quadra de tênis e viagem de trem da Central ao Jacarezinho para “comprar um baseado” (“Sextou”). São deslocamentos com certa amplitude por espaços urbanos, que registram costumes, movimentações coletivas, más condutas de agentes do Estado (policiais) e mesmo ações que evidenciam a barbárie na metrópole que é o Rio de Janeiro (entre os contos citados, a exceção é “A viagem”, que não se passa na capital). Essa dinâmica cidadina emerge sempre na perspectiva de crianças ou jovens pobres em situações variadas – como já referido, mesmo nas histórias que não são narradas em primeira pessoa, há o uso da terceira pessoa aderente aos “menó”, aos “moleques”.

³ Miguel Conde notou que os títulos dos contos sugerem deslocamento e ao mesmo tempo há neles contraste linguístico: a gíria “rolézim” e “o registro culto de reverberações literárias”, já que “travessia” é palavra importante em *Grande sertão: veredas*, com que Riobaldo arremata a narração de sua trajetória como jagunço. Ver: CONDE, s/d.

Avulta a ilegalidade de práticas policiais: um simples “rolézim” pode terminar em revista policial com possibilidades de tragédia (“Rolézim”); certo tenente é feroz com meninos da favela que se drogam e amansa com “playboy” que vai à boca comprar droga e “podia ser costa quente” (“A história do Periquito e do Macaco”); PMs que achacam cem reais de jovem flagrado com maconha em estação de trem à luz do dia (“Sextou”).

A violência se banaliza: pode perder a vida quem compra droga fora de sua comunidade e faz o cumprimento errado, ou seja, característico de outra facção do crime (“Travessia”). Além dos redutos do tráfico, a violência se torna banal no cotidiano da sociedade que se arma, onde perseguição (“Espiral”) e pichação (“Rabisco”) podem e devem ser enfrentadas de arma em punho.

Como veremos, a produção do ódio se explicita em “Espiral”, sentimento que leva o narrador-personagem a perseguir obsessivamente aqueles que o discriminam. Também no conto “Sextou”, em condomínios de alto padrão na Barra, o jovem da Cruzada São Sebastião passa a odiar as pessoas para as quais trabalha, sem receber delas um olhar sequer. Sempre alvos preferenciais das investidas da polícia, os meninos pobres, em alguns contos, sentem ódio insuperável dos policiais, aos quais se referem com qualificativo à altura da abjeção que lhes devotam: “vermes”.

Com exceção talvez de “A história do Periquito e do Macaco”, nos contos o tema das drogas não comparece com a contundência que tem no romance de Paulo Lins. *Cidade de Deus* recria o processo de transformação da favela com a entrada em cena e expansão da droga pesada com todos os seus males: a guerra das quadrilhas, a disseminação da violência, a corrupção policial. No entanto entorpecentes diversos marcam presença em muitas narrativas do livro de Martins. Pode-se dizer que se trata de uma linha temática com registros variados, que vão da fruição despreocupada até os aspectos mais sinistros: do uso recreativo de drogas leves, passando pela imediata devastação do crack, à atuação violenta e corrupta da polícia e ao poder do tráfico.

Volto a Roberto Schwarz para fazer outra observação sobre os contos, a qual diz respeito ao livro no seu todo. Em “Fim de século”, um dos textos de *Sequências brasileiras*, Schwarz refletiu com a lucidez de costume sobre o bloqueio que os imperativos do novo padrão concorrencial impuseram a certa altura ao prosseguimento do nacionalismo desenvolvimentista, o qual, “sem prejuízo das falácias nacionalistas e

populistas”, apostava no esforço amplo para industrializar o país e fazer avançar sua integração social. Já nos anos 80 o nacional-desenvolvimentismo se desagregava, no contexto da mundialização capitalista que impedia que países periféricos como o Brasil completassem sua industrialização. Ao refletir sobre o fim do ciclo desenvolvimentista, o ensaísta apontava os resultados sociais catastróficos de “nosso fim de século” (o texto foi apresentado nos EUA em 1994). Com suas dinâmicas competitivas, a nova ordem global, “íngreme em face da vida popular, se compõe à maravilha com nosso descaso secular pelos pobres”, assinalava o crítico. Estes “estão deixando de funcionar até mesmo como força de trabalho quase gratuita” e entre os quais há os que se tornam “disponíveis para a criminalidade” (SCHWARZ, 1999, p. 158-162). Assim, como assinala por sua vez Vera da Silva Telles, “a pobreza (...) parece se fixar como realidade inescapável, dado incontornável posto pelos imperativos do mercado”, ou seja, “uma pobreza sem redenção possível” (TELLES, 2001, p. 139). Como o quadro desalentador permanece, agora que se inicia a terceira década do século XXI, a integração nacional parece cada vez mais inalcançável e o descarte dos pobres não poderia estar mais à vista. São problemas colossais que emergem na ficção de Geovani Martins. Sem fazer alarde, nem sempre explicitando a denúncia, *O sol na cabeça* reitera nas suas diferentes histórias a realidade sombria: a quase inexistência de possibilidades para a incorporação dos pobres. Várias intrigas são bastante dinâmicas, o suspense existe, as situações são variadas, mas certa verificação desconsoladora não muda do início ao fim de um livro no qual os personagens são, na quase totalidade, crianças, adolescentes, jovens: expectativas de vida melhor no futuro não comparecem. Para aqueles meninos, na sua realidade de privações, sem acesso a direitos fundamentais, quando muito subempregados ou trabalhando para o tráfico, as possibilidades de escape parecem canceladas. Em “Rolézim”, a nesga de futuro do narrador, imediato inclusive, parece indissociável da preocupação de não ser assassinado, não morrer jovem como o irmão, o que deixaria a mãe sem outro filho; em “Estação Padre Miguel”, além dos prazeres do momento com sua turma, fumando maconha de má qualidade, arriscando-se a morrer como indigente, o narrador diz não ter a mínima ideia do que fazer com sua vida; noutra conto ainda, “Travessia”, o traficante expulso do morro pelo chefe do tráfico recorda seus sonhos de menino, quando desejava “ser jogador de futebol, piloto de avião, técnico em informática” e agora nem mesmo sabia onde iria dormir fora do morro

(MARTINS, 2018, p. 119)⁴. São algumas das histórias nas quais as chances de vencer a desqualificação social não se cogitam.

Ao ler o conto “Espiral”, o leitor talvez estranhe a sequência dos três primeiros parágrafos, aparentemente desencaixados. Assim, é palpável na prosa a diferença entre as impressões de menino, no primeiro parágrafo, e as ponderações que a elas se seguem no segundo. De início, o narrador esclarece gradualmente certos “movimentos” de um passado que são reminiscências dos primeiros tempos de escola. Na verdade, ele recorda reações causadas apenas por sua presença infantil em ruas de bairro carioca. Trata-se de rememorar procedimentos alheios e também as dificuldades próprias de compreensão do narrador e suas sensações de menino. Todo o trecho constitui a recomposição pela memória de fragmentos da vida infantil, a qual se revela na tentativa de recuperar as percepções possíveis em outro tempo, fixando suas marcas na prosa: “Começou muito cedo”, “naquela época” etc. O breve exercício de reconstituição daquele período expõe problema que não pôde ser entendido, preparando o leitor para seus desdobramentos narrativos. Contudo o parágrafo seguinte não o desenvolve, não dá prosseguimento à consideração do problema. Na verdade, nele não há sequer menção aos “movimentos” referidos no trecho anterior. A prosa passa a ter certo tom judicativo, ajustada a propósitos de crítica social, com formas verbais no presente, sem parte com o traço, digamos, memorialístico do início. Logo em seguida, o terceiro parágrafo começa e termina com a narração de uma peripécia na qual o narrador tem protagonismo. Em todo esse trecho, não obstante o desígnio de reconstituir uma experiência inesquecível do passado, as diferenças são patentes em relação ao início do conto: o passado não é o mesmo e, em vez de lembranças de comportamentos e reemergência de sensações como as que prevalecem na parte inicial, narram-se principalmente ações. As diferenças dos registros são significativas, há cortes súbitos e variação na prosa (primeiramente marcada por percepções de infância, depois algo judicativa, a seguir ajustada especialmente à reconstituição de ações de que tomou parte o narrador) e, no entanto, como se verá, o desencaixe é apenas aparente, pois a força explicativa da articulação dos três primeiros parágrafos é notável. A economia de palavras convida o leitor a

⁴ Apenas o conto “A viagem” tem como protagonista um jovem que pode viajar para Arraial do Cabo, é universitário. Evidentemente o fato de estudar na UFRJ lhe abre possibilidades que o distinguem de todos os personagens dos outros contos. Entretanto provavelmente não se diferencia tanto dos demais pobres no livro por sua origem social, pois ele se diz malnutrido e por isso se vê diferente dos “louros e bem alimentados”, representantes da “geração saúde”, os vilões na narrativa.

estabelecer as conexões e relacionar as partes em face de problemas objetivos, próprios de uma estrutura social iníqua, os quais estão internalizados na experiência subjetiva do narrador. Sem dúvida, a concisão aqui é um acerto artístico.

A frase curta que abre o conto “Espiral” refere-se ao início de algo que o leitor desconhece – uma frase sem sujeito, na qual se anuncia que certo acontecimento “[c]omeçou muito cedo”. A frase seguinte, também curta, reforça a obscuridade, pois o próprio narrador confessa seu não entendimento a respeito do que foi anunciado anteriormente. Em seguida, não obstante a informação que situa o narrador em certa situação de estudante em começo de vida escolar e já capaz de perceber a estranheza das circunstâncias, o leitor continua a não saber nada além do que lhe é referido vagamente como “esses movimentos”. São movimentos relacionados de início, no passo seguinte, a meninos de “colégio particular” situado nas proximidades da escola de quem narra. O grupo escolar deste, seu “bonde” em gíria popular, ao passar nas imediações do outro estabelecimento de ensino fazia tremer aqueles que lá estavam. Trata-se de movimentação que causava medo aos alunos do colégio privado. A proximidade física como fermento do temor é contraditoriamente o primeiro sinal de distanciamentos que aludem a uma sociedade com suas clivagens, as quais eram poderosas a ponto de estar internalizadas em crianças e emergir quando estas se deparavam com outras crianças. O *outro*, o diferente estava próximo, mas por ser o *outro* era temido. O conúbio de intimidação e medo passa a ser considerado. A ligação íntima entre aquela ação e este sentimento, o que não deixava de ser algo “estranho” e “até engraçado” no espaço da rua, fazia-se presente no cotidiano escolar do narrador, com a diferença que tornava opostas as circunstâncias referidas dentro e fora da escola: ele e seus amigos não metiam medo em ninguém no seu colégio; ao contrário, precisavam fugir dos meninos maiores, dados à violência. “Nas ruas da Gávea”, contudo, o uniforme escolar os identificava certamente como alunos da rede pública de ensino diante dos outros, aqueles a que o narrador se refere, para bem diferenciá-los, como “os moleques do colégio particular”. Identificado pelo uniforme, havia inversão de papéis nos diferentes espaços sociais: o narrador, um intimidado na sua escola, intimidava, metia medo, embora involuntariamente, ao se aproximar dos alunos da outra escola ou de alguma idosa solitária. Como não se sentia amedrontado nas ruas, mas sim alguém que amedrontava, ele, “naquela época”, às vezes “gostava dessa sensação”. Entretanto ainda

não lhe era acessível o sentido daquelas experiências. Não compreendia o medo dos estudantes do outro colégio, tampouco os comportamentos motivados exclusivamente por sua presença, conforme recorda: “quando uma velha segurava a bolsa e atravessava a rua pra não topar comigo.” Ao final do primeiro parágrafo, reitera: “eu não entendia nada do que estava acontecendo” (MARTINS, 2018, p. 17)⁵.

Proximidade territorial e distância social são noções que elucidam as situações cotidianas referidas, as quais se davam em certo espaço urbano, um dos bairros ricos da Zona Sul carioca. Apesar da proximidade entre o colégio particular e a escola do narrador, a distância social entre os alunos de um e outra motivara incompreensões de parte a parte. O narrador não entendia o tremor causado por seu “bonde” nos meninos do colégio privado. Estes, por sua vez, identificavam erroneamente como ameaçadores outros meninos que apenas passavam nas imediações após o término das aulas. No parágrafo seguinte, o narrador reforça as noções referidas, as quais dizem respeito a acontecimentos e atitudes anteriormente relatados, mas reaparecem agora em chave questionadora e judiciosa bem diversa de sua vivência infantil. Não obstante a continuidade, pois o foco estará, como nas experiências da infância, nas noções de perto e longe com fundamento em relações sociais brasileiras, o corte é brusco: antes o narrador menino que nada entendia das reações intimidadas dos outros na rua; agora o narrador que assume postura refletida com a qual confronta certo consenso a respeito do assunto em questão: morar nas favelas. De chofre, ele questiona o suposto privilégio de morar em favelas da Zona Sul, quando estas são comparadas a favelas localizadas nas Zonas Norte, Oeste ou na Baixada. O narrador revela conhecimento de causa para submeter a comparação a exame crítico, sinalizando que fala por experiência própria de moradia em morro de bairro carioca que se distingue de outras áreas da cidade, muito mais amplas, nas quais há maior concentração de população pobre. Embora acredite

⁵ O início de “Espiral” constitui uma das poucas passagens do livro de Martins nas quais há referência a escolas. Como ficou dito, as relações na escola aparecem marcadas por intimidação e medo. Apenas em um dos contos, todas as ações e os sentimentos de personagem estão vinculados ao ambiente escolar: “Primeiro dia”. Mas a escola primária provoca apenas vergonha por causa do seu nome e pelo fato de André, o personagem principal, ser um repetente, sentindo-se inadequado: um adolescente em meio a crianças. Após concluir o ensino fundamental, além de querer aprender inglês porque dizem que dá dinheiro e também por conta dos videogames, suas expectativas mais fortes e quase exclusivas a respeito da futura escola são positivas, mas por motivos inteiramente alheios à formação escolar: fazer parte do grupo que defende a escola por “amor à camisa” na base da pancada e obter assim o respeito dos meninos mais velhos. De novo, em “Primeiro dia” o poder de intimidar pela violência rege a vida no ambiente escolar. No conto a escola aparece sem suas finalidades civilizatórias.

fazer sentido o pensamento segundo o qual há vantagem de morar em favela da Zona Sul, ele ressalta, em contraposição enérgica que deixa sem lastro aquele pensamento, “o abismo que marca a fronteira entre o morro e o asfalto da Zona Sul”, o qual “é muito mais profundo” do que nas favelas das periferias. Explicita-se a inversão de juízos de valor em oposição ao que comumente se vê como vantagem. A explicação prossegue e fundamenta a mudança valorativa, agora em forma de desabafo de quem conhece o cotidiano sofrido: “É foda sair do beco (...)” em favela da Zona Sul. Avulta a comparação entre realidades cuja vizinhança escancara as diferenças de mundos, os quais, na verdade, não poderiam estar mais apartados: “É tudo muito próximo e muito distante”, sentencia o narrador. No morro, a insalubridade a céu aberto, a iminência do perigo, a violência ostensiva; no condomínio caro, onde adolescentes jogam tênis, “plantas ornamentais” e aparato de segurança. E a consciência progressiva da distância e da segregação vai revelando a amplidão dos muros: “E, quanto mais crescemos, maiores se tornam os muros” (MARTINS, 2018, p. 18).

Não é preciso que saibamos mais para entender o que vem depois e por quê. Logo em seguida, o corte é brusco mais uma vez: passamos das recordações iniciais da vida infantil para considerações críticas sobre morar em favelas e destas para ações de que toma parte o narrador. Para este, não cabem outros esclarecimentos antes de narrar as ações, porque as passagens anteriores deram nitidez a aspectos de sua experiência, mesmo que não saibamos sequer seu nome, o qual não nos será revelado até o fim. Assim, os dois parágrafos iniciais já municiaram o leitor do saber necessário para compreender certas motivações do que o narrador se refere como “minha primeira perseguição”. Com admirável concisão, o início do conto expõe problemas que, salvo por inconsistência ou por desprezo de classe, não podem ser relegados: proximidade física e distância social, incompreensão e medo entre os que estão próximos e ao mesmo tempo distantes, péssimas condições de moradia e barreiras de classe, impotência e revolta surda diante da desigualdade ostensiva. Tudo isso ativado por lembranças e juízos de um narrador que revela ter conhecimento próprio daquelas desgraças, inextricáveis de seu cotidiano. Agruras de um indivíduo pobre, morador da favela, cuja experiência coloca em pauta problemas incontornáveis da sociedade brasileira escandalosamente desigual, aqui representada pela metrópole que é o Rio de Janeiro, com algumas de suas especificidades.

Trata-se agora de narrar com detalhes a primeira experiência do narrador como perseguidor. Inicialmente, antes de reconstituir aquele ato, ele rememora o móvel da ação, o qual é decisivo. Em termos óbvios, o perseguidor é aquele que tem um alvo, vai ao encalço de alguém. No conto, em reforço à identificação óbvia do agente e da vítima da perseguição, há a assimetria de idade e força entre ambos, já que o narrador é homem jovem e persegue uma mulher idosa, aparentemente indefesa. Todavia, quanto à situação que suscita o intento de perseguir, os papéis aparecem invertidos, os sinais estão trocados, com o conseqüente deslocamento da violência, que não está onde se esperaria. Em outras palavras, inicialmente a violência não se encontra onde certo entendimento baseado nas aparências e instruído por um olhar de classe não teria dúvida de identificar. Esse deslocamento se apresenta de modo inequívoco: o leitor tem acesso a sentimentos irreprimíveis do narrador, os quais irromperam no momento em que certa atitude, já sua conhecida, se manifestara mais uma vez, constituindo o motivo pelo qual a perseguição seria desencadeada:

Nunca me esquecerei de minha primeira perseguição. Tudo começou do jeito que eu mais detestava: quando eu, de tão distraído, me assustava com o susto da pessoa e, quando via, eu era o motivo, a ameaça. Prendi a respiração, o choro, me segurei, mais de uma vez, pra não xingar a velha que visivelmente se incomodava de dividir comigo, e só comigo, o ponto de ônibus. (MARTINS, 2018, p. 18)

O intento de perseguir decorreu do incômodo extremo: “Tudo começou do jeito que eu mais detestava (...)”. Como na infância, ser o motivo da ameaça sem ser de fato uma ameaça. Porém, perdida a inocência infantil, o discernimento a respeito da conduta dos outros faz ver a dureza das situações. Ao leitor é facultado o que o autocontrole escondeu: a respiração suspensa, o choro contido, o xingamento reprimido. É patente o sofrimento de alguém que se viu insultado, posto na condição de bandido ou suspeito de ser um, por susto descabido e comportamento que escancararam acúmulos de preconceitos. Quem exercitou a violência contra quem? O trecho citado não dá margem a qualquer dúvida. No sobressalto e no incômodo seletivo da idosa, houve violência manifesta contra o *outro*. Violência simbólica a se manifestar no campo de operações dos estereótipos, das imagens e estigmas sociais urdidos para diferenciar e afastar.

Estar sob suspeição e sentir-se humilhado por isso, experiência reiterada na vida do narrador, o que tenderia a tornar o episódio do encontro com a idosa no ponto de ônibus sem maiores conseqüências como tantos outros. A dor ficaria encerrada no

sujeito que sofreu a humilhação. A reação de costume, a de afastar-se, não deixa de ser a submissão ao fato de ser visto como o *outro*, o indesejado. Em face do que não muda na sociedade, diante da disposição de muitos para diferenciar e disseminar estigmas, ao discriminado caberia apenas o recolhimento sofrido. Ao invés disso, porém, daquela vez não foi assim. Na ocasião, contrapondo-se à postura passiva, aproximou-se e deu início à perseguição. Suas ações foram inopinadas, não planejadas anteriormente. No calor da hora, sentimentos emergiram e estimularam o moto da perseguição, efeito ainda irrefletido da violência sofrida: “Não entendia bem o que sentia. Foi quando, sem pensar em mais nada, comecei a andar atrás da velha.” (MARTINS, 2018, p. 18).

Ele é aquele que está fora dos marcos da “boa sociedade”, porque é pobre e, conseqüentemente, não pode deixar de *aparentar* sua condição. Por isso mesmo, a despeito de suas intenções, encarna o sujeito que provoca medo, que *aparenta* ser perigoso. Como vimos, essa imagem imposta na vida social o distingue, a ele e a outros iguallados pela pobreza, e remonta aos tempos de infância. Pois bem, pela primeira vez, colocara-se efetivamente nesse papel e a partir da primeira perseguição seu desígnio é mostrar que as *aparências* não enganam: ele *é* quem ameaça, cujo objetivo é roubar, e não hesita nem diante de mulheres idosas e indefesas. A nova disposição não deixa de corroborar a expectativa daqueles que, com suas premissas de classe, não têm dúvida de que gente como ele é perigosa. Entretanto, por outro ângulo, não deixa de ser um modo de enfrentar o estereótipo valendo-se de certa imagem produzida pelo mesmo estereótipo e em reação à qual se dá o impulso para a ação do narrador: a aparência ameaçadora sempre presente na sociedade desigual, cuja força ceva o medo da violência, e que frequentemente pode ser identificada, em certa perspectiva, pois tem cara, cor, modo de se vestir próprios.

A ameaça agora se efetiva, torna-se patente pela ação. Ele é impulsionado a agir para confirmar a *aparência* de que é alguém perigoso. O encaço é real e transforma o medo derivado do preconceito em medo suscitado pela ação daquele que ameaça, como na perseguição à idosa: mirar diretamente a bolsa, imprimir maior velocidade aos passos. Antes o peso real da violência ficava para o estereotipado, cujos danos são evidentemente incomparáveis a apreensões e sustos momentâneos. Agora, apoderando-se do estereótipo e testando seus efeitos para além de sua experiência como *vítima*, o narrador é o agente. Por conseguinte, aqueles que estigmatizam deixem de apenas

exercer a violência simbólica (com seus preconceitos a impulsionar seus medos) para sentir efetivamente o medo da violência em ato. Um modo de enfrentar o prejulgamento e o reafirmar ao mesmo tempo, ao intensificar, pela perseguição aberta, o sentimento que está no cerne dessa pressuposição de classe? O narrador não deixa de confessar o prazer suscitado pela ação de perseguir: confirmar e amplificar o medo da mulher, a qual já não disfarçava seu temor apenas por estar próxima de quem supunha ameaçador. Um prazer que remonta a certos momentos da infância, quando o narrador intimidava involuntariamente e gostava às vezes da sensação: “Por vezes eu aumentava minha velocidade, ia sentindo o gosto daquele medo, cheio de poeiras de outras épocas” (MARTINS, 2018, p. 19). Bem, mas não nos esqueçamos de que o movimento foi reativo, impensado, pois a perseguição teve início num ímpeto. Até aqui, nada mais do que uma disposição irrefletida para a ação. Aquele ato deve ser considerado como o ponto de partida, cujos desdobramentos veremos a seguir.

Após a perseguição inaugural, malgrado o incômodo da culpa, o propósito de continuar a perseguir outros logo se revela incontornável. Ele é impulsionado por antagonismos sociais que se reproduzem, rotinizam-se na vida social e são acicate para a ação: “(...) sentia que não poderia parar, já que eles não parariam”. Eles são “homens, mulheres, adolescentes e idosos”, agora convertidos em “vítimas” da ação do narrador. Sintomaticamente, ele assim se refere aos alvos de suas perseguições. Para além da virtualidade, aquele que é comumente considerado entre os que *podem fazer vítimas*, em certo momento efetivamente *faz vítimas*, como se dissesse: vejam, como vocês supunham, sou realmente perigoso.

Outro ponto a ressaltar: os perseguidos são vários, mas “algo sempre os unia”. Justamente isso, o fator de integração *deles*, alija o narrador, alimentando-lhe o inconformismo. Por eles, será sempre visto como o *outro*. As vítimas podem ser muitas, mas parecem ser “da mesma família, tentando proteger um patrimônio comum” (MARTINS, 2018, p. 19).

A ação de perseguir vira obsessão. Com o tempo, outra modificação emerge, dando forma diversa ao movimento que é intempestivo no primeiro instante e progressivamente obsessivo. As perseguições tornam-se oportunidade para o narrador pesquisar, tratar “relações humanas”, como genericamente se refere a seus objetos de “estudo”. Ele próprio passa a se considerar “cobaia” e “realizador”: “[c]omeçava a

entender com clareza meus movimentos, decifrar os códigos dos meus instintos”. Em conexão com seus propósitos de autoconhecimento, os perseguidos são aqueles cujas reações quer entender, sem prejuízo de que são também suas “vítimas”. Esse o passo mais difícil, a exigir solução, porque o narrador ignora o mundo daquelas pessoas que estuda/persegue. O momento de proximidade deliberada é breve, insuficiente para conjugar trabalho satisfatório de análise e atuação como perseguidor. A vida social aparta os observados/vítimas do investigador/perseguidor, cujas tentativas não engendram mais que instantes de proximidade. Uma vez mais, o conto explicita circunstâncias marcadas por contiguidades momentâneas entre as pessoas, em certos espaços, e distanciamentos próprios da estrutura social iníqua, cuja associação problemática reitera-se a ponto de permitir dizer que ela constitui o nexo efetivo das vivências do narrador, aquelas a que o leitor tem acesso, configurando-se uma linha contínua a encadear seus diferentes registros: as reações dos meninos do colégio particular, as considerações sobre as favelas, as circunstâncias da primeira perseguição e também o impasse do pesquisador/perseguidor.

Cabem outras observações sobre o vínculo entre a disposição para perseguir e a pretensão de pesquisar e conhecer com que o narrador passa a racionalizar suas ações, seus intentos. Em primeiro lugar, desde o início, em suas memórias de infância, ele está às voltas com acontecimentos e modos de agir de outrem que exigem explicação, pois não são problemas autoevidentes, ou não o são para o repertório de um menino. Já que não fazem parte de reminiscências exclusivamente encerradas no passado infantil, mas se reatualizam na vida do narrador com constância, como vimos, aqueles problemas permanecem. O ânimo de entender certos fatos ou comportamentos para enfrentar discriminações e hostilidades sociais, as quais lhe são intoleráveis, talvez seja a marca mais poderosa de quem narra. Sublinhe-se que seu intento de pesquisar e conhecer é indissociável do medo e da violência, pois visa a compreender as reações daqueles para os quais o narrador materializa o perigo apenas por existir. Portanto a seu próprio objeto de estudo duas coisas são intrínsecas: o medo da violência e a violência de pressupor que a vida e a proximidade eventual da “gente diferenciada” podem significar, sobretudo, risco para quem se vê como “gente de bem” (um qualificativo cada vez mais

sinistro no país) por razões que prescindem de demonstração argumentativa.⁶ Basta olhar, reconhecer e temer pessoas potencialmente nocivas, como fez a idosa no ponto de ônibus: “ tremia de pavor antes mesmo que eu desse qualquer motivo”. (MARTINS, 2018, p. 19). Assim, como não é possível subtrair-se ao antagonismo social, há imbricação e mesmo interdependência permanente, com contradições ostensivas, entre preconceito que fere e estímulo ao estudo, entre aproximação interessada e emergência do medo, entre pesquisar e fazer vítimas.

Diga-se que nesse seu modo individual de confronto, estimulado por posições sociais antinômicas, não há da parte do narrador qualquer veleidade de contribuição à mudança social. Nenhuma cogitação se faz nessa direção e nem caberia fazer. O horizonte do conto não é esse, bem ao contrário. Como veremos, o propósito de conhecer finca-pé no presente embrutecido (sempre inseparável da ação de perseguir, do sentimento do medo e do estímulo à vingança) e sua consequência só pode ser o recrudescimento da violência.

Muito diferente de uma ação motivada por impulso ou da obsessão que às vezes parecia loucura, a atividade de perseguidor, com seu “olhar cada vez mais distante, científico” (MARTINS, 2018, p. 20), tem de estar agora disciplinada por método para alcançar determinado fim. O narrador logo atina que a busca aleatória de indivíduos não serve a seus propósitos naquele momento. A concentração de esforços em uma única pessoa seria a solução para realizar a experiência a contento. A procura do objeto de estudo foi difícil, ele recorda, finalmente obtido por acaso, ao se chocar acidentalmente com um homem em certa noite à esquina de uma rua. Como de outras vezes, o narrador despertou medo, confundido com um assaltante. O ódio e a humilhação, reacesos pelo preconceito, foram tão fortes quanto os sentimentos que o impulsionaram à primeira perseguição, empanando temporariamente a disposição mais acorde com seus desígnios de estudo. No íntimo do narrador houve humilhação, desejo de vingança, intento de conhecimento, ânimo de confronto – e tudo isso misturado concorreu para a escolha daquele mesmo homem como seu alvo único a partir de então.

Em sentido figurado, espiral é movimento ascendente que ganha força ao avançar e, à medida que avança, torna-se difícil de ser controlado. O título do conto assim se

⁶ Pressuposição que converge com certa lógica de operação da polícia no Brasil e a legítima: “lógica da ação policial, que, antes de qualificar o criminoso e o crime, qualifica a pobreza e o pobre nas evidências que suscitam a suspeita” (TELLES, 2001, p. 67).

esclarece, pois o leitor poderá observar tal processo a partir de então, nos encontros que o narrador forjará com o homem referido, no jogo de gato e rato e no confronto efetivo entre ambos no final. Na verdade, desde as experiências da infância e notadamente a partir da primeira perseguição, há um processo no qual o intento de arrostar, num crescendo, distinções ditadas pelo preconceito é o imperativo. A necessidade irresistível de enfrentar e entender as reações discriminatórias, reproduzidas no cotidiano da sociedade desigual, impulsiona o narrador – um movimento que avança e se fortalece a ponto de ser concebido como “forma de pesquisa” a demandar seu objeto. Por fim, ele chega ao alvo escolhido. Entretanto as consequências do processo não podem ser previstas de antemão e, desse modo, escapam ao controle. Mesmo no fim do conto, ainda que o narrador diga saber do que precisará a partir de então, os resultados não estão sob seu domínio. As consequências podem apenas ser imaginadas ou inferidas.

Diferente da primeira, outra perseguição passa a ser o centro da narração na parte final do conto. Os procedimentos do perseguidor são expostos um a um, os quais são também o *modus operandi* do pesquisador em seu *trabalho de campo*. Passo a passo, desde a identificação primeira pelo nome, passando pela observação do círculo familiar e pela verificação da condição confortável de alguém que tem certamente um patrimônio a proteger, o homem outrora desconhecido, agora objeto de “estudo”, adquire nitidez gradativamente. O leitor toma conhecimento de que o homem se chama Mário, bem como da atuação do perseguidor para obter a informação sobre o nome do perseguido. Além da observação perto do local de trabalho de Mário, algum conhecimento sobre a vida doméstica do indivíduo deve-se ao empenho do narrador em acompanhar certos movimentos de sua família, observá-la também, com as precauções necessárias: “(...) quando estava com a família, eu acompanhava de longe, pra não atrair suspeitas”. A investigação a distância é suficiente para desvelar vidas nas quais estão garantidos direitos básicos: as duas meninas, registra, tinham “carinhas de crianças bem alimentadas”. Embora rápida, a notação é ferina, feita por quem sabe, por sua própria experiência, de outros modos de existência, por quem conhece o reverso, na verdade, daquelas condições materiais. O alcance do registro é o país malformado, em relação ao qual a insinuação de privilégio é ao mesmo tempo comezinha, pois reitera nossa realidade evidente, e escandalosa, por se tratar de direito elementar (ter comida suficiente) negado a tantos. Com mordacidade, o olhar capta ainda certo traço de família

que vive confortavelmente, ciosa de seus prazeres, cuja fruição em público não abre mão de prerrogativas que lhe são caras: no registro derrisório do narrador, infenso a idealizações, Mário e os seus pareciam felizes como se estivessem em “verdadeiro comercial de margarina”. E, para completar o quadro familiar à brasileira, ao piquenique no Jardim Botânico não falta a babá, a qual previsivelmente não faz parte do “comercial”, dele está ausente, sem deixar de estar ali, seguindo “toda de branco” a família a certa distância, uniformizada e pronta para servir (MARTINS, 2018, p. 20-21).

Para conhecer melhor aquele a quem persegue e ser por ele reconhecido, o narrador teve de multiplicar os encontros. Três meses foram necessários até Mário ter consciência definitiva da existência do *outro*. A certeza adquirida a respeito da descoberta deveu-se a indício estampado no rosto de Mário, cujo impacto ajusta-se a desígnios da pesquisa/encalço: “Até o dia em que li em sua expressão o horror da descoberta”. Mais uma vez, o medo produzido é o afeto que mobiliza os personagens. Com efeito, estão apartados pela solidez dos “muros”, visíveis ou não, e o medo é o único elo entre eles. Entre o narrador e Mário/e os meninos do colégio privado/e a idosa perseguida/e os outros que ele considera suas “vítimas”. Sob a ação do medo, a mudança de comportamento de Mário é decisiva a ponto de facultar ao perseguidor variar seus procedimentos, testar outras possibilidades da experiência, ampliar as circunstâncias de observação, tornar mais complexa a tarefa de aproximar-se/conhecer/preocupar/sobressaltar: “Sempre preocupado, olhando em volta. Eu observava. Às vezes o perseguia claramente, via sua tensão crescer, até quase explodir. Então parava, entrava em algum lugar, fingia naturalidade” (MARTINS, 2018, p. 21).

A parte derradeira do conto concentra-se integralmente no enfrentamento entre o narrador e Mário. O ponto final não arremata o conflito. Este não se conclui, sem que se possa afirmar, todavia, que terá prosseguimento. Efetivamente, a última cena, na qual a violência extrema se vislumbra, é um instantâneo do beco-sem-saída no confronto entre os personagens e faz pensar nos destinos de um país em desagregação contínua.

A certa altura o que será narrado pertence ao agora: “Chegamos ao momento presente”. A partir de então um lugar se destaca, a que reiteradamente passa a se referir o narrador, preparando o leitor para o espaço onde se dará o arremate, ao menos prenunciado: o território no qual se localiza a residência de Mário. A ronda do perseguidor passa a ser feita mais próximo à casa do perseguido. Entre os dois

intensifica-se o jogo de aproximação e despiste. Seguem-se referências a tensões que crescem reciprocamente, as quais derivam da incerteza do resultado e da iminência do desenlace para os dois homens. O narrador não dispensa a dose de suspense ao fazer, em sequência, registros que sugerem perigos, riscos inerentes àquelas ações: “Foram dias complicados para ambas as partes, eu sentia que dava um passo definitivo, só não tinha certeza de onde me levaria esse caminho”; “Até que entramos na jogada final”; “Suava pelas ruas, a cara vermelha. Também eu tremia diante das possibilidades de desfecho” (MARTINS, 2018, p. 21).

O final do conto está concentrado na descrição das ações. O suspense bem calibrado, desde o penúltimo parágrafo, molda expectativas para o desfecho. A escrita torna-se ainda mais sucinta, colada à experiência direta, ajustada à velocidade do que acontece, e passa a ter mais afinidade com certa narrativa centrada em solo metropolitano, desde João Antônio e Rubem Fonseca. A técnica descritiva, no trecho final, é “cinematográfica”: o ritmo é acelerado e nervoso, com a sequência de formas verbais relativas a ações de Mário que se sucedem, sob o estímulo da tensão e da urgência, e o corte abrupto, a focalização de parte do prédio, que está no plano restrito de visão do perseguidor: “Ele entrou no prédio, cumprimentou o porteiro feito máquina, subiu. Apenas uma janela. Era o que se mostrava do apartamento no meu campo de visão” (MARTINS, 2018, p. 21).

O narrador testa atitude inédita de desafio: ao invés de se esconder, como antes fazia, expõe-se ao outro homem. Da janela o perseguido pode ver seu perseguidor. Ou melhor, pode mirá-lo, pois Mário reaparece pouco depois, “completamente transtornado”, de posse de uma pistola automática. Conquanto tenha sofrido tensão nos momentos precedentes, o narrador, diante da possibilidade de uma “resolução” à bala, agora apenas sorri para o seu antagonista escolhido, como se, no fundo, não esperasse outra coisa. De um instante a outro, dissipa-se a tensão dramática, desfaz-se a atmosfera de suspense que possivelmente envolvia o leitor. Digamos que a desdramatização da cena capta um dado da experiência na ficção (e no país): no plano simbólico ou no poder de apertar o gatilho, a violência está sempre à espreita, pode irromper a qualquer momento – portanto trivializa-se. Daí o raciocínio frio do narrador: para continuar o jogo, se assim o desejar, também terá de se armar.

Mário é aquele que empunha a arma, toma a iniciativa de “resolver” à bala (ou de ameaçar ostentando pistola), enquanto o pobre é aquele que está sob a mira de um revólver⁷. Este era até então mais um simulador da violência do que um perpetrador dela, embora houvesse violência também na simulação, o que não nega ao referir-se aos perseguidos como “vítimas”. No final, entretanto, convergem o indivíduo mais abastado e o pobre: a violência descomedida como única possibilidade, pois o jogo entre eles só terá prosseguimento com arma na mão.

Às armas, se quisermos reduzir ao extremo o que o final do conto sugere. Em “Espiral” a prefiguração do confronto armado constitui o desenlace quase *necessário* da existência de profundos antagonismos sociais.⁸ Nesse sentido, a narrativa se encerra em sintonia com certo rumo desastroso da vida nacional. Não obstante argumentos contrários e avanços na legislação, o estímulo ao combate armado passou a estar na ordem do dia, com amplo poder de convencimento em debate incontornável na atualidade brasileira: aprovação do Estatuto do Desarmamento, pugnas por sua revogação, referendo sobre a proibição do comércio de armas e munições, posições contrárias ao propósito de armar a sociedade, defesa da segurança privada e pública centrada no poder de fogo. O conto de Geovani Martins, publicado em 2018, é anterior à posse de alguns dos principais cargos públicos do país por políticos com opção preferencial fanática pelas armas. Entretanto a narrativa sinaliza certo direcionamento na vida do país que não apenas explica, em parte, resultados eleitorais recentes, mas constitui sintoma da crise civilizatória brasileira: cada vez mais cidadãos comuns se armam, para os quais a recorrência à violência armada parece aposta irrecusável.⁹

A inconclusão do conto estimula algumas indagações. Mário exhibe seu poder armado, tomado pelo medo, apenas para dissuadir o *outro* de continuar a perseguição?

⁷ Na sociedade que se arma e na qual a polícia frequentemente torna ilegítimo seu uso legal da força, sabemos quem são os alvos e as vítimas preferenciais. Em “Espiral”, o sujeito de classe média aponta arma para seu antagonista da favela. Em “Rolézim”, menino pobre foge da revista policial e recebe do “cana” ameaça de tiro. Já no conto “Sextou”, o jovem pobre sabe que ele está entre aqueles que continuarão a ser os alvos principais das armas: “O PM apontou a pistola pra minha cara. Não foi a primeira e nem seria a última vez que alguém apontava pra mim uma arma” (MARTINS, 2018, p. 108).

⁸ Na maior parte das histórias de *O sol na cabeça* há referências a armas de fogo. Obviamente são ostensivas nos contos que destacam nas favelas a presença da polícia e do tráfico. Além dos já citados, um exemplo é o conto “Roleta-russa”, no qual os meninos sentem fascínio pelo “trinta e oito” quando Paulo, o personagem principal, leva o revólver do pai, que trabalha como segurança, para a rua. Sozinho em casa Paulo chega a sentir prazer físico esfregando a arma contra seu próprio corpo. Até mesmo um conto cujo foco não é a violência armada, “O cego”, começa assim: “Matias nasceu cego. Nunca viu o mar, *armas* ou mulheres de biquíni.” (MARTINS, 2018, p. 85, grifo meu).

⁹ Para levantamento feito entre janeiro e abril de 2020, ver ROSSI; BUONO, 2020.

Ou em algum momento pretende mesmo fazer uso de sua arma, naquele estado de transtorno a que o medo o levou? O jogo prosseguirá com a devida posse de armas de fogo pelas duas partes? São interrogações a que o conto não responde, mas deixa em aberto essas e outras possibilidades. Seja como for, a narrativa não se abre à superação do confronto por outras vias. Muito pelo contrário, fecha-se obstinadamente em relações que reproduzem a incompreensão, o choque, a violência. O foco está na solidez das divisões sociais, na sociedade iníqua, marcada por medos e rejeições que parecem incontornáveis. Consequentemente, sobre o que a narrativa deixa em suspenso, todo exercício de imaginação só parece possível nos limites desse circuito fechado. A cena final congela a violência armada seja qual for o desfecho ou o prosseguimento a que se arrisque a imaginação do leitor.

Referências bibliográficas

- AREAS, Vilma. Errando nas quinas da Cidade de Deus. *Praga: estudos marxistas*. São Paulo: Hucitec, n. 5, 1998, p. 147-158.
- CONDE, Miguel. Na travessia ele inventou o próprio ritmo. *Pernambuco: Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado*. Disponível em: <<https://www.suplementopernambuco.com.br/edicoes-antiores/72-resenha/2071-na-travessia,-ele-inventou-o-proprio-ritmo.html>>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- MARTINS, Geovani. *O sol na cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MARTINS, Geovani. Entrevista Geovani Martins: como a favela me fez escritor. *Revista Época*: Rio de Janeiro, 06 de mar. de 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/cultura/noticia/2018/03/geovani-martins-como-favela-me-fez-escritor.html>>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- PRATA, Antonio. [Orelha do livro]. In: MARTINS, Geovani. *O sol na cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ROSSI, Amanda; BUONO, Renata. O Brasil se arma. *Revista Piauí*: São Paulo, 22 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/o-brasil-se-arma/>>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- SCHWARZ, Roberto. Fim de século; Cidade de Deus. In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 155-171.

SCHWARZ, Roberto. Um crítico na periferia do capitalismo. Entrevista à Revista *Pesquisa Fapesp*: São Paulo, abr. de 2004. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/um-critico-na-periferia-do-capitalismo/>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Editora 34, 2001.

Recebido em 05/10/2020

Aceito em 10/01/2021

ⁱ **João Roberto Maia** é Professor e pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Mestre e Doutor em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura da UFRJ. **E-mail:** maiadacruzj@gmail.com